

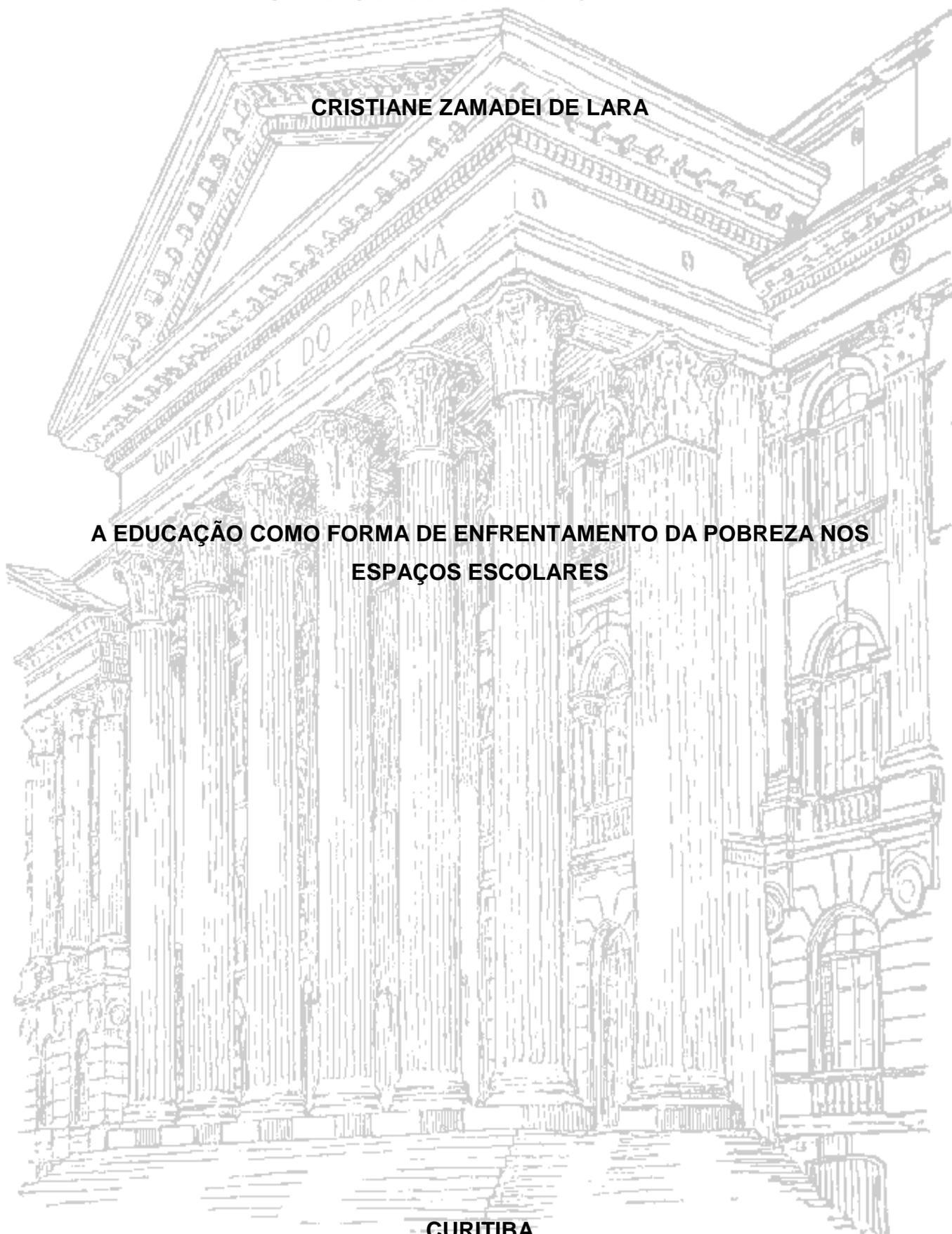
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CRISTIANE ZAMADEI DE LARA

**A EDUCAÇÃO COMO FORMA DE ENFRENTAMENTO DA POBREZA NOS
ESPAÇOS ESCOLARES**

CURITIBA

2016



CRISTIANE ZAMADEI DE LARA

**A EDUCAÇÃO COMO FORMA DE ENFRENTAMENTO DA POBREZA NOS
ESPAÇOS ESCOLARES**

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, do Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador(a): Prof. Ivonete Ferreira Haiduke

CURITIBA

2016

A EDUCAÇÃO COMO FORMA DE ENFRENTAMENTO DA POBREZA NOS ESPAÇOS ESCOLARES

CRISTIANE ZAMADEI DE LARA

RESUMO

O presente artigo traz reflexões e análises acerca das relações que transcorrem a educação de um modo geral, pois é notável que a educação está inteiramente ligada com o interesse de todos pela melhor qualidade de vida, e por melhores condições financeiras. A educação é o meio pelo qual muitas crianças e adolescentes veem uma maneira de superar sua origem humilde, tornando-se profissionais visados e de qualidade, uma vez que a própria sociedade impõe um padrão de vida para esses jovens seguirem. O que acontece muitas vezes é que, os jovens não conseguem seguir neste ritmo imposto pela sociedade e acabam por não alcançar seus objetivos. Os motivos para esse fracasso podem ser as próprias dificuldades do cotidiano, bem como a sua origem pobre. Desta forma, o objetivo central desse trabalho é a análise e a verificação da influência da origem pobre na educação, sendo observado o que a sociedade impõe como padrão, bem como a maneira pela qual a escola recebe e administra essa diversidade de origens e a recepção dos alunos acerca dos conteúdos ministrados e metodologias administradas. A partir das leituras e análises de artigos já escritos sobre o assunto, podemos chegar a resultados impactantes sobre a educação e as desigualdades produzidas nos ambientes escolares, e concluir que a educação com fim emancipatório, e as diretrizes e currículos que a regulamentam propiciam a exclusão das camadas populares.

Palavras-chave: Educação. Pobreza. Desigualdade. Diversidade. Exclusão.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo apresentar uma síntese dos estudos e pesquisas desenvolvidas durante o curso de pós-graduação em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, da Universidade Federal do Paraná no período de Abril de 2015 a novembro de 2016, sistematizados no trabalho de conclusão do curso.

Se há algo que diverge e é tema de incansáveis discussões no Brasil, é a educação. Infelizmente, é quase incompreensível morar em um país tão lindo e deslumbrante, porém cheio de contrastes. No Brasil, é visível que cada indivíduo está em uma busca incansável por interesses particulares e por melhores condições de vida. Entretanto, não é incomum encontrar pessoas que gostariam de ter pelo menos o básico de cada dia. E é nesse enfoque, nas diferentes classes sociais, bem como, na falta de recursos materiais e financeiros, que será possível analisar os impactos dessas condições na educação.

O presente artigo visa à verificação dos impactos da pobreza na educação. Como ela é tratada dentro de sala de aula, bem como se o rendimento dos alunos de classes sociais inferiores é o mesmo que o de outro que tenha melhores condições de vida.

A pobreza, assim como outros fatores sociais e étnicos, entre outros, é algo a ser vencido. É inquestionável que é de extrema dificuldade garantir a educação de qualidade quando se vem de origem pobre, porém será que a sociedade teria algo de diferente a oferecer?

Primeiramente será analisado como o ensino nas escolas interage com a vida social de cada aluno, tendo em vista as dificuldades que cada um enfrenta no seu cotidiano. Será verificado se o ensino é padronizado, se sim, qual é a forma de padronização utilizada.

Posteriormente, verificar-se-á a aplicabilidade da compreensão e os efeitos que cada aluno traz em sua “bagagem” quando estão dentro de sala de aula. É possível que haja uma igualdade de tratamento dentro da sala de aula? Essa igualdade é favorável?

Será possível que crianças e adolescentes de diferentes classes sociais tenham a mesma oportunidade de ensino? Será que terão o mesmo rendimento no caso de estudarem na mesma sala e terem os mesmos professores? O que influencia para que uns se destaquem mais que outros? Essas são algumas das

questões que serão discutidas e analisadas no decorrer desse trabalho, visando a melhor inserção de cada indivíduo na educação.

2 CONTEXTO HISTÓRICO DA RELAÇÃO DA EDUCAÇÃO COM A POBREZA

A construção da história no âmbito cultural, social e político no Brasil, realizou-se por meio das relações de poder, o que desencadeou o crescimento das desigualdades e da crise econômica na conjuntura atual brasileira. A desigualdade socioeconômica que assola a maioria das classes sociais, os desafios da articulação entre as políticas de igualdade e identidade ou reconhecimento das diferenças, necessita de renovação para que haja realmente a emancipação social e os setores onde os movimentos sociais vençam o desafio de promover o acesso a educação, moradia, trabalho, saúde, cultura e diversidade política.

Assim, VIANA (2005, p. 03):

Sendo múltiplas e históricas as determinações da pobreza, também o são, as formas de enfrentamento que vêm sendo construídas, quer seja através das estratégias de solidariedade desenvolvidas pelas famílias, vizinhança e comunidades, no período em que o povoado não era alcançado pela ação da administração pública, seja na forma articulada entre as práticas solidárias e o alcance das políticas de educação, saúde, produção e assistência social, desenvolvidas a partir da emancipação política.

Ainda no mesmo sentido, SILVA (2012, p. 06), ressalta:

No século XVIII, o capitalismo teve um grande crescimento, com a ajuda da industrialização, dando origem assim as relações entre o capital e o trabalho, então o capitalista, que era o grande patrão, e o trabalhador assalariado passaram a ser os principais representantes desta organização. [...] Os pobres serviam única e exclusivamente para trabalhar para seus patrões e tinham que ganhar somente o básico para sua sobrevivência, eles não podiam melhorar suas condições, pois poderiam não se sujeitar mais ao trabalho para os ricos, a existência do pobre era defendida pelos ricos, pois os ricos são ricos as custas dos pobres, ou seja para poderem ficar ricos eles precisam dos pobres trabalhando para eles, assim conclui-se que os pobres não podiam deixar de serem pobres. Assim, percebemos que as misérias e as desigualdades marcam a história de muitos países e de milhões de pessoas há séculos, e muitos estudiosos acreditam que a partir do capitalismo, a desigualdade tornou-se mais evidente.

A desigualdade e a diferença evidente das classes sociais se consolidou com o passar dos anos, pois se sabe por meio da história que houve muita opressão à classe operária, onde essa deveria trabalhar muito, por salários ínfimos. Como o

trabalho exigia muito tempo e esforço da classe mais pobre, os estudos ficavam sempre em segundo plano, e muitas vezes nem mesmo eram cogitados, pois não havia necessidade de estudos para a mão de obra barata exigida pelo mercado de trabalho.

O acesso à escola, aos estudos e ao conhecimento científico eram em sua grande maioria oferecidos e proporcionados somente a burguesia, a classe de pessoas ricas, os chamados “patrões”, evidenciando a desigualdade proporcionada pelo capitalismo.

Com esse histórico de desigualdade, opressão e mesmo a falta de conhecimentos científicos e técnicos, o acesso às escolas que era quase nulo, veio impregnado na cultura das classes mais pobres, onde nas mesmas, as crianças e adolescentes cresciam com a ideia de que deveriam trabalhar desde cedo para conseguir melhores condições de vida.

Na tentativa de apontar caminhos para uma possível solução para diminuir as desigualdades, é fácil se deparar com proposições teóricas que visam ajudar a identificar os reais causadores que levaram a essa situação. A partir da década de 1980, é possível observar que a educação vem se configurando com um novo foco, a oferta de educação pública no contexto das desigualdades socioeconômicas. Reafirmando a educação, a Constituição Federal de 1988 em seu art. 205, discorre que a educação é direito de todos e dever do estado e da família, onde a mesma será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, e seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para trabalho.

Seguindo nesta mesma linha de raciocínio, é possível observar que os movimentos sociais contribuíram para formação de um olhar afirmativo e reconhecedor da diversidade, enfatizando o papel da educação no processo, e apontando para o perverso sistema capitalista que instiga desigualdade no plano econômico, de forma que inferioriza os coletivos sociais.

Nesse sentido, em seu artigo, ALGEBAIL (2004, p. 14) ressalta:

Em um país como o Brasil, onde a pobreza, não sendo residual nem transitória, é tratada permanentemente como se o fosse, e onde o nível de ensino mais elementar atravessa todo um século sem jamais completar sua saga de universalização, é válido pensar que escola pública e pobreza se *fazem*, a ponto de suas histórias resultarem, em boa parte, de um profundo e mútuo atravessamento.

A escola que temos também não deve ser vista com maus olhos. Ela de certa forma tem sua funcionalidade, formando o povo brasileiro e apesar de sua medida de aprendizado e desenvolvimento estar longe do adequado, e as insuficiências de investimentos estarem desiguais entre a qualidade e a quantidade, tendo a educação um papel secundário na formação do país, ocupamos um lugar próximo aos grandes países capitalistas. O acesso à educação pode garantir o pleno desenvolvimento, em comparação a países desenvolvidos onde os resultados que a educação proporciona são percebidos, na qualidade de vida, bens e serviços disponíveis para população que tem renda suficiente para adquiri-los e que são considerados essenciais.

Com a criação de novas legislações, bem como o Estatuto da Criança e do Adolescente, Constituição Federal de 1988, entre outros, no Brasil foi se firmando a ideia de que a educação era para todos e, que dessa forma deveria ser proporcionada de maneira igual e plena a toda criança e adolescente.

Assim ressalta ALGEBAILLE (2004, p. 199):

Orientações nesse sentido tomariam forma em diversas medidas, contrariando a perspectiva de direitos sociais assinalada na Constituição de 1988 e parcialmente confirmadas na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)⁸³, que regulamentaria as disposições sobre assistência social em 1993. O processo de regulamentação e implantação do Benefício de Prestação Continuada (BPC), previsto como *direito social* na Constituição de 1988, dá uma interessante visibilidade da forma sorrateira como um novo direito juridicamente instituído vai sofrendo “ajustes” que acabam por reduzir seu alcance e seu sentido ou por permitir a redução da atuação do Estado no campo social por meio da supressão dissimulada de outras medidas às quais o “novo direito” passa a encobrir.

A educação deve formar sujeitos sociais, cidadãos de direito, levando em consideração as diversas etnias, crenças, gêneros, orientação sexual e idades. Devendo ser tratada esta diversidade de forma igualitária, assegurada pelos currículos que as políticas públicas e a escola promovam o fim de todas as formas de preconceito.

3 COMO É ENCARADA A POBREZA E A DIVERSIDADE SOCIAL E CULTURAL DENTRO DA SALA DE AULA?

Com o passar dos anos, foi implantada a unificação dos estudos, ou seja, houve uma padronização que visava a igualdade de ensino para todos. Tendo como base os Direitos Humanos, que é um sistema universal que tem por objetivo a implantação de programas nos quais se pretende tratar todos os seres humanos de forma igual, diminuindo e/ou quase liquidando as diferenças de origens sociais.

É importante ressaltar que, essa diversidade social existe em qualquer fase de aprendizagem, tendo em vista que há diversidade até mesmo nas variadas escolas de ensino para jovens e adultos, nas quais a maioria dos alunos é de origem pobre e, que não tiveram a oportunidade ou não puderam frequentar uma sala com ensino regular, anteriormente. É preciso observar se esse ensino que é ministrado é adequado à idade dos alunos que estão em processo de aprendizagem, uma vez que a alfabetização deve ser diferenciada, àquela que é dada nos primeiros anos escolares para uma criança.

LEITE (2012, p. 12):

Quando falamos de crianças e jovens em situação de pobreza, muitas representações começam a aparecer. No caso das crianças pobres, o assistencialismo e o moralismo são matrizes que as apoiam. Sob o olhar assistencialista, as crianças pobres precisam ser cuidadas, educadas intelectual e moralmente, já que suas famílias – no caso, famílias pobres – “são desestruturadas, não têm educação”. Assim, a ideia do cuidado com a infância pobre nasce impregnada de um olhar autoritário e negativo; e, por esse motivo, durante muito tempo, as creches foram vistas como instituições de caridade, mantidas muitas vezes por igrejas ou por famílias abastadas que se sentem na obrigação religiosa de salvar essas “pobres crianças de seu destino”.

No caso das juventudes pobres, a matriz que orienta as representações sobre elas é outra, mas não menos autoritária: a punitiva. Taxados de violentos, baderneiros, muitas vezes até de criminosos, a solução encontrada pela sociedade para lidar com jovens pobres é a correção, através de punição, inclusive a penal. Dessa forma, os problemas vividos pelas juventudes pobres se transformam em caso de polícia, e os órgãos criados para resolvê-los – [...] – assemelham-se a uma prisão, com um caráter marcadamente repressivo.

Como é possível observar pelo relato de Lúcia Helena Alvarez Leite, crianças e adolescentes de origem pobre, são previamente taxados, catalogados, predestinados a serem pessoas fracassadas pela própria sociedade. Onde os veem

como pessoas marginalizadas, que não possuem estrutura alguma para serem pessoas bem sucedidas.

São predestinados a serem punidos, sem ao menos cometerem qualquer tipo de infração. Eles estão à margem da sociedade. Muitos possuem dificuldades para frequentar uma escola, por falta de recursos materiais, desta forma, começam precocemente no mercado de trabalho, ajudando seus pais, ou até mesmo sofrendo a influencia da criminalidade.

A oportunidade de educação que deveria ser direito de toda criança e adolescente, assegurada pela Constituição Federal Brasileira de 1988, quando ela é oferecida é de maneira desigual.

Conforme mostra LEITE (2012, p. 14):

Dentro de uma mesma cidade e amparadas pelas mesmas legislações e políticas, diferentes crianças e jovens não têm acesso aos mesmos direitos. E quando têm, como é o caso do acesso à escola, direito quase universalizado no país, isso se dá em condições bastante desiguais. Uma das maneiras que temos de abordar a questão da pobreza no Brasil é utilizando os dados gerados pelo Programa Bolsa Família, que busca aliar a política de transferência de renda às famílias com a garantia do direito à educação de crianças, jovens e adolescentes em situação de pobreza no Brasil. Portanto, embora nosso assunto não seja o Programa Bolsa Família em si, passamos a seguir por algumas considerações que nos permitem falar sobre a importância desse apoio às famílias pobres para a educação de seus filhos e suas filhas.

Como é possível observar, uma pequena parcela da sociedade vem tentando de variadas formas minimizar o impacto da pobreza no que se refere a educação em sala de aula. Foram implantados diversos programas que visam facilitar e auxiliar a inserção do aluno de classe pobre nas salas de aula. Temos como exemplo o Programa Bolsa Família no âmbito de ensino obrigatório e o Prouni, o Fies, o Pronatec, entre outros, no âmbito do ensino técnico e superior.

Mas o problema que ainda é enfrentado pela grande maioria dos alunos de origens pobres e que assombra a sociedade é que mesmo tendo o acesso às escolas públicas, os alunos pobres são considerados seres humanos que não têm nada a somar ou compartilhar com os demais. Considera-se que apenas o aluno de classe social superior tem “cultura e conhecimento” que podem ser aproveitados pelos demais colegas.

Assim, mostra LEITE (2012, p. 18):

Nesse processo, uma das críticas mais fortes à cultura escolar hegemônica é que, nessa concepção de “escola pública igual para todos, direito de todos os cidadãos”, longe de existir um conceito de cidadania universal, o que há é uma imposição cultural de um determinado grupo social – cujo perfil é de homem, branco e proprietário – sobre outros. Ao entrarem na escola, depois de um processo intenso de luta por esse direito, crianças e jovens dos coletivos feitos desiguais encontram um ambiente totalmente distinto do seu e não se identificam com as lógicas, as normas, as estruturas que orientam a vida escolar. Também não são reconhecidos(as) como sujeitos que têm uma cultura a ser socializada. Seus valores, suas formas de pensamento e expressão não são considerados processos de conhecimento legítimo, que devem ser acolhidos e transmitidos pela escola. Pelo contrário, são vistos como problema, “déficit” a ser superado para que eles, por fim, possam ascender à “cultura legítima” até conquistarem seu *status* de cidadão.

Diferentemente do que se deve pensar, a pobreza está intimamente ligada à falta de conhecimento e cultura, desta forma, crianças e adolescentes oriundos da chamada classe social inferior, teriam problemas de aprendizagem e dificuldades de compreensão do conteúdo ministrado pelos professores.

Como forma de minimizar as desigualdades sociais enfrentadas em sala de aula, foi implantado o sistema de seriação, no qual os alunos avaliados com o mesmo nível de conhecimento são colocados em uma sala de aula, onde são ministradas aulas pelos professores, no entanto, nesse processo não se é levado em consideração o conhecimento, a cultura e a “bagagem” que cada aluno traz com sua experiência de vida.

Não são observados se o aluno tem ou não condições materiais e financeiras de sobrevivência, se há ou não com o que se alimentar antes de ir à escola, se tem ou não condições psicológicas de compreender o conteúdo ministrado.

Seguindo a linha de raciocínio de LEITE (2012, p. 19):

A forma escolar encontrada para conseguir esse controle veio através da seriação, cujo eixo estruturante é o conteúdo em detrimento dos sujeitos, e a única referência é a matéria a ser ministrada, não os(as) envolvidos(as) – educandos(as) e educadores(as). Desse modo, independentemente de quem são os(as) estudantes, que experiências trazem ou em que contexto vivem, já se tem definido, *a priori*, quais conteúdos devem ser ensinados em determinada série.

De certa maneira, isso dá muita segurança aos(as) professores(as), pois é possível ter um controle muito maior sobre o trabalho, além de despender menos esforço: com o planejamento da série feito, é necessário apenas repeti-lo, ano a ano. Por outro lado, a bagagem cultural dessas crianças e desses(as) jovens que chegam à escola são desconsideradas, desprezadas e deslegitimadas, já que há uma imposição de que se encaixem em um modelo que muito se distancia de suas experiências sociais.

Com a implantação da seriação, foi deixada de lado a individualização de cada aluno, vez que, não se é levado em consideração a sua faixa etária, muito menos sua bagagem cultural adquirida ao longo da vida. Não é observada a dificuldade de cada um de forma particular.

Para o professor, o trabalho ficou bem mais ágil, vez que é elaborado um plano de ensino, o qual deve ser seguido a rigor, não levando em consideração o desenvolvimento em sala de aula, muito menos a forma como cada aluno se porta diante das informações ministradas.

Ao invés do aluno ser o centro da aprendizagem, ele já chega à escola com a seriação posta, bem como as disciplinas que devem ser cursadas. Então, onde deveria ser entendido o processo de aprendizagem de cada aluno de forma individual, foi implantado um sistema de unificação de ensino, desvalorizando as características e individualidades de cada sujeito.

Assim mostra LEITE (2012, p. 20):

Os conteúdos, organizados de forma compartimentada nas disciplinas, passam a ser os únicos aspectos considerados nessa organização. E, para avançar em determinados conteúdos, é preciso vencer os chamados "pré-requisitos". O resultado disso é a reprovação e a exclusão escolar de muitas crianças e muitos(as) jovens que não se reconhecem nessa escola, nesse currículo, nesses materiais. Jovens originários(as) dos coletivos pobres, excluídos(as) dos espaços públicos e do direito de ver sua cultura retratada nos livros escolares, nos materiais didáticos. Assim, a escola, através de mecanismos como a seriação, consegue reproduzir a desigualdade presente na sociedade.

Desta forma, com a seriação implantada, visando uma melhor adaptação e igualdade entre os alunos, acabou tendo um efeito contrário ao pretendido, produziu uma maior desigualdade entre crianças e adolescentes, ficando cada vez mais evidente as diversidades econômicas de cada um, acarretando em maiores níveis de reprovação.

Então, como maneira possível para a diminuição de desigualdades, respeitando as diversidades, conforme foi possível verificar ao longo dos estudos, é colocando o indivíduo nas suas mais diversificadas origens e culturas.

A educação deve ser o meio pela qual a sociedade como um todo, pais, professores, alunos e demais pessoas, possam aceitar e respeitar as diferenças, de forma que possam ser somados os conhecimentos visando sempre o crescimento e todos como forma de alcançar os objetivos que cada um traça para sua vida.

O caminho para essa mudança não é de forma alguma fácil, pois, há necessidade de um novo planejamento, uma nova reestruturação, uma nova metodologia de ensino, no qual o conteúdo a ser ministrado em sala de aula não seja mais o centro da atenção, e sim, o indivíduo. O aluno passa a ser o centro da escola, do planejamento, levando em consideração suas diferenças e maneira de pensar e agir.

Conforme mostra LEITE (2012, p. 21):

Dentre estes, talvez um dos maiores desafios tenha sido a implantação dos ciclos de formação humana, pois, com eles, houve a inversão de centralidade da escola: os(as) estudantes, e não mais os conteúdos, passaram a ser o centro da organização escolar. Isso exige uma nova forma de pensar o processo de aprendizagem, vinculando-o ao processo de formação do sujeito. Para ilustrar, significa entender que uma criança de sete anos não aprende a ler da mesma forma que um adolescente de 15 que ainda não lê. E este, por sua vez, aprende de forma distinta de uma senhora de 60 anos que tampouco lê, ainda que todos tenham o direito de serem alfabetizados. Por fim, essa mudança implica compreender que o aprendizado envolve muito mais que o aspecto cognitivo e não pode estar desvinculado das experiências cultural e social dos sujeitos.

Os planejamentos feitos pelos professores e equipes pedagógicas devem ter como objetivo central cada indivíduo, cada aluno, com suas experiências vividas e culturas que podem contribuir para o crescimento e desenvolvimento de cada aluno.

Alunos na mesma série, não devem ser tratados de maneira igual, cada um deve ser tratado de forma individual conforme a sua dificuldade e seu ritmo de aprendizagem. Indivíduos em fase de alfabetização em diferentes faixas etárias devem ter maneiras distintas de formas de ensino ministradas pelos professores, buscando sempre absorver a maneira pela qual cada um tem maior facilidade para aprender.

Ainda ressalta LEITE (2012, p. 24):

Historicamente, as escolas e os(as) professores(as) sempre tiveram muita dificuldade para trabalhar com a diversidade: de cultura, etnia, gênero, vivência social e ritmos de aprendizagem. As turmas heterogêneas, por exemplo, sempre foram um grande problema para as escolas, e o exercício de reenturmação, para se ter um grupo homogêneo de alunos(as), foi prática recorrente ao longo da história da educação escolar brasileira. Realmente, essa dificuldade pode ser explicada se considerarmos que, para trabalhar com a diversidade em sala de aula, é preciso admitir que os(as) estudantes são sujeitos de vivências diferenciadas e que constroem seu referencial de pensamento e de ação a partir delas. Isso exige que os(as) educadores(as) conheçam as experiências socioculturais de seus(suas) alunos(as) – a realidade, os territórios, as formas de entender o mundo, os

valores – e estabeleçam relações entre o objeto de conhecimento escolar e essas vivências, tarefa bastante distinta da tradicional responsabilidade de apenas transmitir conteúdos, desconsiderando o sujeito que aprende.

Diante do exposto, foi possível verificar que ao longo da história, a escola em um panorama geral sempre teve dificuldades em administrar as diversidades. Houve sempre um grande problema em aceitar turmas em que os alunos se comportam e pensam de maneiras distintas, que possuem ritmos de aprendizagens diferentes.

Portanto, como maneira de diminuir essa desigualdade em sala de aula, há uma busca constante por mudanças e melhoras no sistema de ensino e aprendizagem, visando a melhor interação entre professores e alunos, e até mesmo entre os próprios alunos. Uma escola que possa lidar de forma criativa com o tempo presente representa contribuição fundamental para que se ofereça aos jovens a utopia que está sendo negada a muitos: a de poder sonhar com o próprio futuro (Frigotto, 2004, p.110).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo primeiramente relatou como a desigualdade social vem de um contexto histórico arraigado por uma elite opressora, onde a classe operária composta por trabalhadores pobres, que não tinham escolha ou oportunidades melhores de vida, eram forçados a trabalhar muito, por salários ínfimos, muito baixos.

O estudo, a formação profissional, não eram ideias e objetivos almejados pelos pobres, que sempre cresciam com a cultura de que deveriam trabalhar de forma incansável e que este era o seu destino, servir àqueles de quem recebiam sua renda.

Foi possível observar que com o passar dos anos a educação passou a ser algo oferecido a todos, direito de cada ser humano, assegurado por legislações específicas. Porém, essa maneira de conceber a educação apresenta uma grande dificuldade de inserção do aluno na sala de aula, vez que as desigualdades e diferenças sempre estiveram presentes no cotidiano da escola.

Não é novidade que as escolas e professores ao longo da história tiveram dificuldades em trabalhar e administrar as diversidades de etnias, cultura, gênero, ritmos de aprendizagem, entre outras formas de diferenças.

Visando tentar amenizar essa desigualdade, foi implantado um sistema de seriação, ou seja, uma padronização, onde professores e equipes pedagógicas elaboram um plano pedagógico de ensino, visando que todos que estejam em uma mesma sala de aula recebam conteúdos de maneira uniforme.

Porém, esse o currículo acabou por não priorizar a história de vida do aluno e desta forma, gerou ainda mais desigualdades sociais. Onde o aluno tem que se adaptar ao conteúdo programático ministrado, nas diferentes matérias, e corresponder ao esperado pelo professor. Quando isso não acontece, pois pessoas diferentes aprendem de maneiras diferentes, o aluno acaba sendo reprovado, e com a distorção de série, idade e desmotivado acaba desistindo, e procurando no trabalho informal a possibilidade de suprir suas necessidades básicas, aumentando ainda mais a desigualdade.

A escola que deve ser o local de busca por novos desafios e objetivos passa a ser um lugar onde as diferenças, devido à padronização dos conteúdos e metodologias ultrapassadas ficavam cada vez mais evidentes e assim exaltando ainda mais as desigualdades impostas oriundas do sistema capitalista. Como melhor forma de interação e diminuição das desigualdades encontradas no cotidiano escolar, no que tange as condições sociais e econômicas de cada aluno e sua família, é necessário que se implante um sistema de educação, onde o indivíduo seja o centro da aprendizagem e não mais o conteúdo a ser ministrado.

Ritmo de aprendizagem, diferenças sociais e culturais e até mesmo vivência do cotidiano de cada um deve ser levado em consideração para que haja um melhor aproveitamento no que diz respeito ao conhecimento de cada ser humano.

Importante ressaltar que a troca de experiências de vida dentro da sala de aula, é uma forma de crescimento social muito grande, pois quando se compara alunos que possuem condições financeiras elevadas com alunos sem condições, que buscam na rua, no trabalho do dia-a-dia suprir as necessidades mais básicas como comida e até mesmo material escolar para poder frequentar a sala de aula, relatos e trocas que podem mudar conceitos.

Portanto, a educação é o caminho pelo qual todos devem procurar sua emancipação pessoal e social, o conhecimento pode libertar e conscientizar a todos sobre o papel do sujeito na sociedade, priorizar o ser humano e suas necessidades mais básicas, enquanto o papel do educador mediador é de extrema importância no combate ao preconceito das desigualdades sociais, devendo ele fazer um

planejamento de ensino voltado especialmente para o indivíduo, núcleo da aprendizagem, visando sempre a melhor forma de aceitação do conteúdo, levando sempre em consideração as diversidades e respeitando a história de vida de cada um.

REFERÊNCIAS

ALGEBAILLE, Eveline Bertino. **Escola Pública e Pobreza: Expansão escolar e formação da escola dos pobres no Brasil.** Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor. Campo de Confluência: Movimentos Sociais e Políticas Públicas. Niterói – RJ. 2004. http://www.uff.br/pos_educacao/joomla/images/stories/Teses/evelinea04.pdf

LEITE, Lúcia Helena Alvarez. **Escola: Espaços e Tempos de Reprodução e Resistências da Pobreza.** Módulo III. Curso de especialização: Educação, Pobreza e Desigualdade social.

SILVA, Cristiane Freitas da. SOUSA JUNIOR, Airton da Silva. **Pobreza e Desigualdade no Brasil: uma análise da contradição capitalista.** 2012. http://www.aps.pt/vii_congresso/papers/ finais/PAP0692_ed.pdf

SILVA, Lilia Penha Viana. **Pobreza e suas formas de resistência e enfrentamento no município de Belágua- MA.** São Luís – MA. 23 a 26 de agosto de 2005. Assistente Social, professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão. Especialista em Avaliação de Políticas e Programas Sociais e Mestre em Políticas Públicas pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA. http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos2/Lilia_penha_Viana123.pdf